

- Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

QUESTÃO 1

- 1 Agora que vamos ter eleição nova, lembraram-se alguns amigos que eu bem podia ser deputado. Tanto me quebraram a cabeça, que afinal consenti em correr às urnas.
- 4 Resta só a profissão de fé, que é o ponto melindroso. Eu podia, à semelhança de um candidato inglês, em 1869, fazer este pequenino *speech*: “Quero a liberdade política, e por isso
- 7 sou liberal; mas para ter a liberdade política é preciso conservar a Constituição, e por isso sou conservador”. Mas, além de copiá-lo, se apresentasse um tal programa (o que não
- 10 fica bem), não sei se essas poucas linhas, que parecem um paradoxo, não são antes (comparadas com as nossas coisas) um truísmo.

Machado de Assis. *Balas de Estalo*. In: *Obra Completa*. v. III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 430.

Em relação ao texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O emprego da primeira pessoa do plural em “vamos” (l.1) indica inserção do leitor no texto como alguém que compartilha a realidade ali representada.
- Ⓑ O período inicial do texto estaria gramaticalmente correto se a forma verbal “podia” (l.2) fosse substituída pelo futuro do pretérito **poderia**.
- Ⓒ Na linha 3, inserção de vírgula após “que” e após “afinal” mantém a correção gramatical do período.
- Ⓓ Na linha 4, a palavra “melindroso” confere às idéias do texto a noção de que a “profissão de fé” é algo complicado e de difícil execução, que se faz com esforço e correndo riscos.
- Ⓔ Pelos sentidos do texto e pelo emprego da palavra “truísmo” (l.12), depreende-se a idéia de que a frase do candidato inglês é muito racional e sofisticada.

QUESTÃO 2

- 1 O Sr. Dr. Castro Lopes deseja juntar aos seus louros de latinista eminente os de legislador. Apresenta-se candidato pelo 1.º distrito com uma circular em que promete aplicar
- 4 todos os esforços em prover de remédio as finanças do país. Tendo-as estudado desde longos anos, o recente candidato formulou alguns projetos, que apresentará na Câmara,
- 7 tendentes principalmente “a aliviar a nação da sua dívida interna e externa, sem o mínimo gravame nem do povo nem do tesouro”. Povo e tesouro, para os efeitos puramente
- 10 pecuniários, pode dizer-se que são a mesma coisa; mas o importante é que a medida, qualquer que seja, é nada menos que a salvação do Estado.

Idem. *Ibidem*, p. 436.

Em relação às informações e estruturas do texto, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A inserção da palavra **lauréis** antes de “de legislador” (l.2) preservaria a coesão textual e a correção gramatical.
- Ⓑ Em “Tendo-as” (l.5), o pronome átono enclítico constitui elemento coesivo que retoma o antecedente “finanças do país” (l.4).
- Ⓒ A expressão “gravame” (l.8) está relacionada à idéia de ônus, gasto, impostos maiores.
- Ⓓ O período contido nas linhas de 5 a 9 manteria as informações originais e estaria de acordo com as normas da língua padrão se a estrutura “nem do povo nem do tesouro” (l.8-9) fosse substituída por qualquer uma das seguintes: **ou do povo ou do tesouro, seja do povo ou do tesouro, nem do povo e do tesouro**.
- Ⓔ Em “pode dizer-se” (l.10) estaria igualmente correta a colocação pronominal **pode-se dizer**.

Texto I – questões 3 e 4

(...)

- 1 Vamos ao princípio geral. S. Ex.^a confunde nomeação e vocação. Ponhamos o caso em mim. Eu, se amanhã me nomearem bispo, poderia receber com regularidade a cônica e os emolumentos, mas, por falta de vocação, preferia uma boa rede a todas as câmaras eclesiásticas. S. Ex.^a dirá, porém, que esta hipótese é absurda; aqui vai outra.
- 7 Suponhamos que no dia 15 de janeiro, por uma dessas inspirações geniais que o céu concede aos povos nos momentos supremos da história, eagem-me deputado.
- 10 Vocação, aquilo que se chama vocação ou aptidão parlamentar, não a tenho; mas tenho respeito à vontade do eleitor, à indicação das urnas, e, para conciliar a ordem
- 13 soberana com a minha inófia, dividiria o tempo de maneira que fosse algumas vezes à Câmara. Poderia o eleitor, em tal caso, obrigar-me a conhecer as matérias, estudá-las, expô-las.
- 16 Redigir pareceres, fazer discursos? Não; era cair no mesmo erro de deformar a natureza com o intuito de reformá-la. O mais que o eleitor podia e devia fazer, era afirmar o seu
- 19 direito soberano, elegendo-me outra vez.

O caso dos tabeliães é mais grave. Não se trata de um cargo temporário, como o de deputado, nem se lhe pode dar, como a este, um tal ou qual exercício mínimo e aparente, por meio de alguns papéis à Câmara. O ofício é vitalício, e exerce-se ou não. Exercê-lo sem vocação é produzir dois

22 grandes males. Constrange-se um espírito apto para outra coisa a definhar nos recessos de um cartório, e arrisca-se a fazenda particular aos descuidos possíveis de quem faz as

28 coisas sem amor.

Idem. *Ibidem*, p. 477.

QUESTÃO 3

Em relação ao texto I, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Para assegurar o paralelismo sintático e a correlação entre tempos e modos verbais, estaria gramaticalmente correta a substituição de “preferia” (l.4) por **prefereria**.
- Ⓑ A expressão “Suponhamos que” (l.7) permite que em lugar de “eagem-me” (l.9) seja empregado o subjuntivo **elegam-me**.
- Ⓒ A repetição lexical como a que ocorre nas linhas 10 e 11 é um recurso estilístico de ênfase que deve ser evitado na redação de correspondências e documentos oficiais, como ofícios e leis.
- Ⓓ Em “não a tenho” (l.11) o pronome “a” funciona como elemento coesivo que retoma o antecedente “Vocação, aquilo que se chama vocação ou aptidão parlamentar” (l.10-11).
- Ⓔ A expressão “vontade do eleitor” (l.11-12) refere-se a uma idéia que é retomada no texto pelas expressões “indicação das urnas” (l.12) e “ordem soberana” (l.12-13).

QUESTÃO 4

Quanto às estruturas do texto I, assinale a opção **incorreta**.

- A Pelos sentidos do texto, infere-se que a palavra “inópia” (l.13) está se referindo à idéia de fraqueza, inaptidão, incompetência.
- B Em “como a este” (l.22), o termo grifado retoma o antecedente “deputado” (l.21) e, por isso, constitui um elemento de coesão textual.
- C Em “Constrange-se” (l.25) e “arrisca-se” (l.26), a partícula “se” tem a mesma função sintática, nas duas ocorrências.
- D A expressão “recessos” (l.26) está associada à idéia de períodos de paralisação das atividades, interrupção dos trabalhos.
- E A expressão “fazenda particular” (l.27) está sendo empregada no sentido de finanças, negócios ou interesses particulares.

QUESTÃO 5

Assinale a opção que apresenta erro gramatical.

- A O projeto Alfabetização Cidadã é um marco para a Justiça brasileira, pois coloca em evidência a importância de ações sociais que possam contribuir para a melhoria da sociedade. Ele faz parte de um processo de aperfeiçoamento contínuo e de reflexão a respeito das necessidades das populações mais carentes, além de ser uma referência para outros projetos de mesmo cunho.
- B Pode-se contabilizar o número aproximado de 3,5 milhões de cidadãos beneficiados pelos projetos sociais da Justiça Eleitoral, o que representa apenas 2,8% do eleitorado nacional. É pequena a abrangência dos projetos, porém esses são os primeiros passos em busca dos objetivos.
- C A responsabilidade social praticada pela Justiça Eleitoral está calcada no princípio da busca pelo estímulo ao desenvolvimento do cidadão e ao fomento da cidadania individual e coletiva. Com base nesse princípio, a partir de 1997, a Justiça Eleitoral brasileira vêm desenvolvendo trabalhos sociais, que visam a aproximação do cidadão aos procedimentos eleitorais.
- D Há uma variedade de temas propostos pelos projetos sociais, e o seu foco principal está na formação da consciência crítica do cidadão, mostrando-lhe que o voto é um instrumento de cidadania e de condução para a melhoria da qualidade de vida.
- E A Justiça Eleitoral brasileira, com os projetos desenvolvidos pelos tribunais eleitorais, demonstra sua preocupação com a responsabilidade social. Ao incentivar esses trabalhos, criam-se condições para que o cidadão conheça sua história e a história de sua comunidade, para poder, de forma crítica, exigir os seus direitos e reconhecer e cumprir os seus deveres.

Opções adaptadas da Internet: <<http://www.tse.gov.br>>.

QUESTÃO 6

Fala-se **A** muito em eleições violentas e corruptas, a bico de pena, a bacamarte, a faca e a pau. Nenhuma dessas palavras é nova **aos B** meus ouvidos. Conheço-as desde a infância. Crespas são deveras; na entrada do próximo século é **força C** mudar de método ou de **nomeclatura D**. Ou o mesmo sistema com outros nomes, ou estes nomes com diversa **aplicação E**.

Trecho adaptado de Machado de Assis. *A semana. In: Obra Completa*, v. III, Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 649.

Considerando que cada opção abaixo corresponda, no texto, à expressão ou palavra destacada em negrito que imediatamente antecede o símbolo **A**, **B**, **C**, **D** ou **E**, assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

- A** **B** **C** **D** **E**

QUESTÃO 7

Os trechos abaixo constituem um texto, mas estão desordenados. Ordene-os de modo a constituir um texto correto, coeso e coerente.

- 1.º Os objetivos principais dessa informatização, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são: aumentar a rapidez proporcionada pelo processo totalmente informatizado e garantir maior segurança em relação aos procedimentos anteriores de votação manual.
- 2.º Observa-se que, conforme episódios recentes das eleições norte-americanas e o caso mais polêmico sobre o sistema de votação do Senado Federal, não se consegue ainda a comprovação de que sistemas eleitorais eletrônicos podem ser sempre absolutamente confiáveis.
- 3.º A partir da realização das eleições municipais de 2000, em que o processo eleitoral foi totalmente informatizado, o Brasil adquiriu a condição inédita de nação com todos os procedimentos de voto, em todos os níveis, integralmente informatizados.
- 4.º Essas questões implicam a análise de requisitos mínimos de segurança, de privacidade e de confiabilidade que não podem ser garantidos por mecanismos simples. A segunda, de caráter político, apresenta ponderações que invocam as questões econômicas.
- 5.º Há vulnerabilidades de dois tipos. A primeira diz respeito a questões técnicas e que devem ser consideradas sob a ótica de qualquer projeto informacional.

Trecho adaptado de Evandro Luiz de Oliveira, Internet: <<http://www.informaticapublica.mg.gov.br>>.

Assinale a opção correspondente à ordenação correta dos trechos.

- A 3.º, 1.º, 5.º, 4.º, 2.º
- B 4.º, 5.º, 3.º, 2.º, 1.º
- C 2.º, 3.º, 1.º, 5.º, 4.º
- D 5.º, 4.º, 2.º, 1.º, 3.º
- E 1.º, 2.º, 4.º, 3.º, 5.º

QUESTÃO 8

Os elementos destacados no texto abaixo podem conter erros gramaticais.

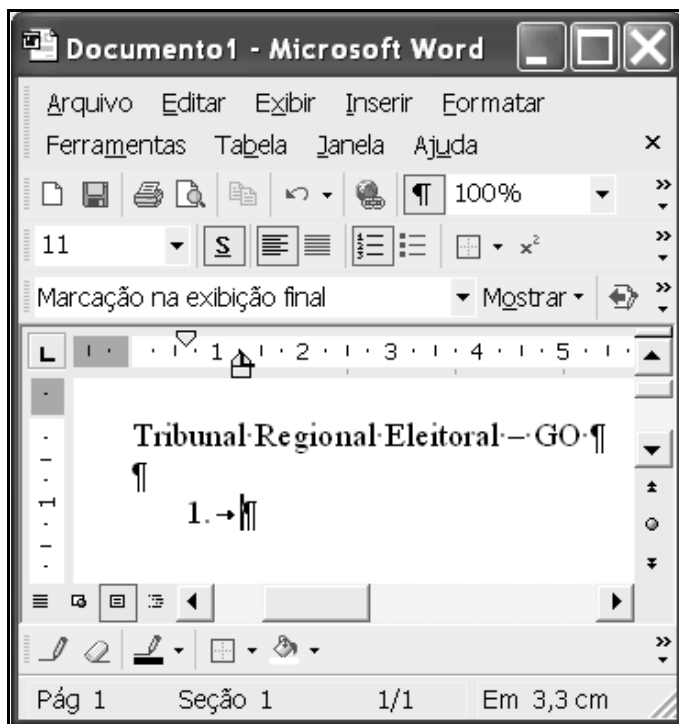
As eleições realizadas **em** outubro de 2000 foram **o marco** mais importante de um projeto de informatização do processo eleitoral brasileiro. A utilização de recursos computacionais **em** apoio **ao** processo eleitoral vem crescendo **desde à** década de 70, com grande ênfase, na década de 80, **a** determinadas etapas do processo. Para entendermos o significado **desse** processo é necessário **dividi-lo** em etapas. A etapa inicial consiste **na** recepção do voto de cada eleitor, a segunda etapa vai desde a abertura da urna contendo votos dos eleitores **até a** finalização dos mapas de apuração de urna, conhecidos como Boletim de Urna (BU), e a etapa final vai **da** obtenção dos BUs **à** totalização e **à** divulgação dos resultados **pelos** tribunais regionais eleitorais.

Texto adaptado de Evandro Luiz de Oliveira, Internet: <<http://www.informaticapublica.mg.gov.br>>.

A quantidade de erros gramaticais é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

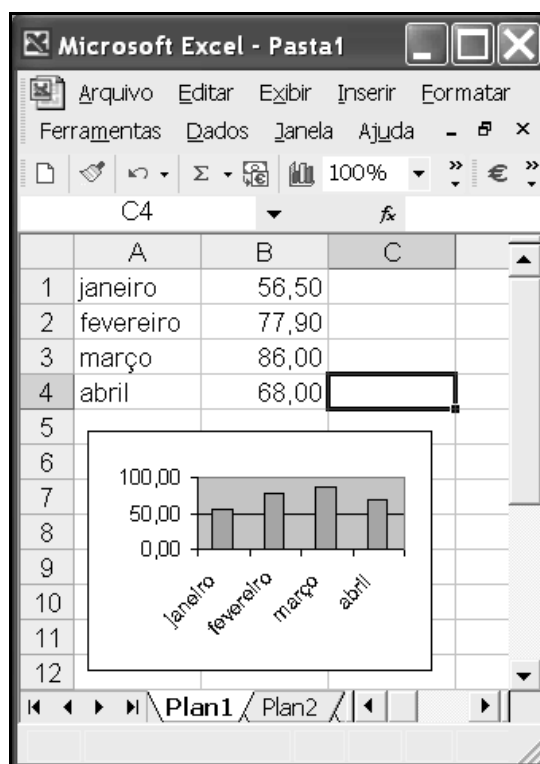
QUESTÃO 9



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em processo de edição, assinale a opção **incorreta**.

- A Na situação da janela mostrada na figura, é correto concluir que, se um usuário iniciar a digitação de um trecho de texto, este será inserido em parágrafo numerado, alinhado à esquerda e com a fonte sublinhada.
- B Sabendo que a palavra “Eleitoral” não está formatada para negrito, para aplicar negrito a essa palavra, é suficiente aplicar uma clique duplo sobre a referida palavra; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **N**; liberar a tecla **Ctrl**.
- C Para se eliminar a marca de tabulação ou recuo de texto observada no parágrafo numerado, é suficiente, na situação da janela ilustrada, teclar **Tab**.
- D Caso se clique o botão **x²** e, a seguir, se inicie a digitação de um trecho de texto, este será inserido com a fonte tendo efeito sobrescrito.
- E Por meio de opção encontrada no *menu* **Inserir**, é possível inserir-se uma quebra de seção no documento em edição. Caso o documento contenha duas seções, uma delas pode ter uma única coluna de texto, enquanto a outra seção pode ser definida com duas colunas de texto.

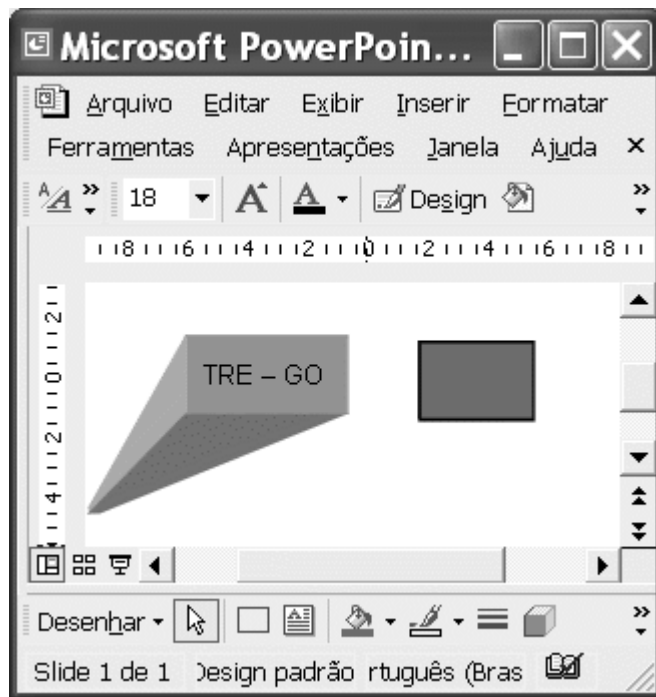
QUESTÃO 10







Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha do Excel 2002, assinale a opção correta.

- A O gráfico mostrado na planilha pode ter sido criado por meio do seguinte procedimento: selecionar as células de A1 a B4 e, a seguir, clicar o botão **Gráfico**.
- B Caso se deseje inserir legenda no gráfico mostrado na planilha, é possível fazê-lo por meio de janela acessada ao se clicar a opção *Legenda* no *menu* **Inserir**, após ter selecionado o referido gráfico.
- C As células de A1 até A4 podem ter sido preenchidas por meio do seguinte procedimento: clicar a célula A1; digitar “janeiro”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; arrastar com o *mouse* o canto inferior direito da célula A1 até a célula A4; liberar a tecla **Shift**.
- D Considere a realização do seguinte procedimento: selecionar o gráfico mostrado na planilha; no *menu* **Editar**, clicar *Copiar*; clicar **Plan2**; no *menu* **Editar**, clicar *Colar*. Após esse procedimento, o gráfico ilustrado será copiado para uma nova planilha e, caso os valores mostrados nas células de A1 a A4 sejam alterados, essa alteração será atualizada no gráfico copiado.
- E É possível modificar a cor usada nas barras do gráfico mostrado na planilha, após este ser selecionado, por meio de opção existente na lista disponibilizada ao se clicar o *menu* **Formatar**.

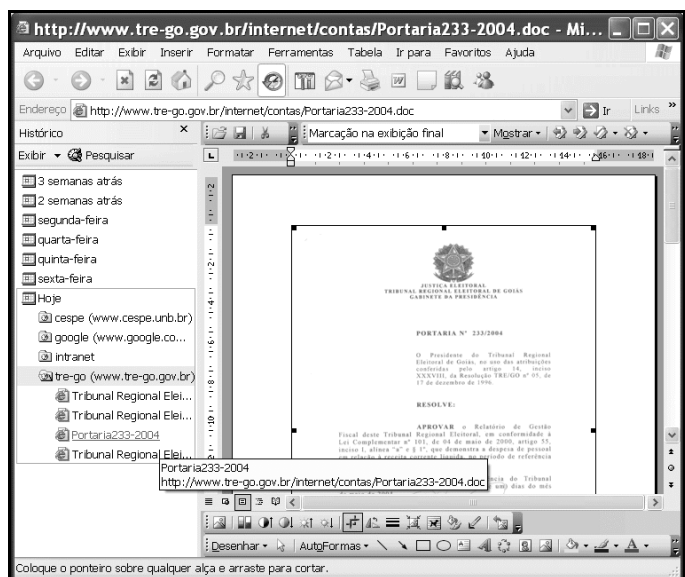
QUESTÃO 11








Considerando a janela do PowerPoint 2002 mostrada na figura acima, assinale a opção correta.

- A Por meio da opção Slides de arquivos, encontrada no menu **Apresentações**, obtém-se acesso a uma janela que permite procurar um arquivo .ppt armazenado em arquivo para, caso se deseje, inserir todos ou alguns dos *slides* contidos nesse arquivo na apresentação em elaboração.
- B A partir da janela ilustrada, é correto concluir que o texto “TRE – GO” e o efeito 3D mostrado foram inseridos no *slide* utilizando-se recursos da caixa de diálogo acessível ao se clicar o botão .
- C Caso se deseje inserir uma borda retangular no objeto em 3D, a exemplo da que existe no objeto em 2D, é possível fazê-lo selecionando-se o objeto 3D e clicando-se o botão .
- D Caso se clique o botão , tem-se acesso a uma janela que contém objetos denominados *clip-art*, que podem ser inseridos no *slide* atual.
- E A cor de preenchimento do objeto 2D mostrado no *slide* pode ser alterada por meio de recursos acessíveis ao se clicar a seta no conjunto de botões .

QUESTÃO 12




Considere que, após algumas operações de navegação no sítio cujo URL é <http://www.tre-go.gov.br>, em sessão de uso do Internet Explorer 6 (IE6) em um computador PC, um usuário tenha obtido a janela do IE6 acima ilustrada, que foi capturada quando o ponteiro do *mouse* encontrava-se sobre o *link* , correspondente à página mostrada na área de trabalho do IE6. As informações apresentadas nessa janela do IE6 são suficientes para concluir que

- A a página mostrada refere-se a um documento Word, que está sendo visualizado por meio do IE6. A partir do IE6, o referido documento poderia ser editado e salvo no computador.
- B o computador, durante o acesso à Internet, estava conectado a uma rede *wireless* do tipo *ad hoc* e, caso o usuário clicasse o botão , a página *web* mostrada seria enviada na forma de *short message* aos endereços eletrônicos de destinatários previamente definidos. Nessa operação, o Outlook Express poderia ser utilizado, caso estivesse convenientemente configurado.
- C a janela do IE6 ilustrada seria fechada se o botão  fosse clicado. Porém, caso a conexão com a Internet que permitiu o acesso à página ilustrada fosse do tipo ADSL, o fechamento dessa janela não acarretaria a desconexão do computador ao provedor de acesso à Internet.
- D seria iniciado processo de acesso a uma *intranet*, ao qual o computador mencionado acima pertence, caso fosse clicado o ícone  *intranet*. Essa *intranet* corresponde a uma rede LAN (*local area network*) *ethernet*.
- E seriam listados os URL de todas as páginas favoritas do IE6, caso fosse clicado o botão .

QUESTÃO 13

Considere que um usuário, ao manipular seu computador PC, que dispõe do sistema operacional Windows XP, executou a janela ilustrada na figura ao lado. Com relação ao Windows XP e aos recursos e informações acessíveis por meio dessa janela, assinale a opção **incorreta**.


- A** As informações contidas na janela apresentada são suficientes para concluir que o computador do usuário tem nele instalada uma


impressora HP LaserJet associada ao ícone  HP8150-ACAD-PS.

- B** As informações contidas na janela apresentada são suficientes para concluir que, no momento em que essa janela foi capturada, havia um documento em processo de impressão na impressora


associada ao ícone  HP8150-ACAD-PS e que essa impressora não estava em pausa.

- C** A partir da situação ilustrada, ao se clicar o botão  **Compartilhar esta impressora**, será executada uma janela que dá acesso a

wizard de configuração de rede que permite compartilhar a impressora associada ao ícone  HP8150-ACAD-PS com computadores pertencentes às redes às quais o computador do usuário tem acesso. Esse compartilhamento permite, por exemplo, que um computador pertencente a rede comum ao computador do usuário seja utilizado para enviar documentos para a impressão na

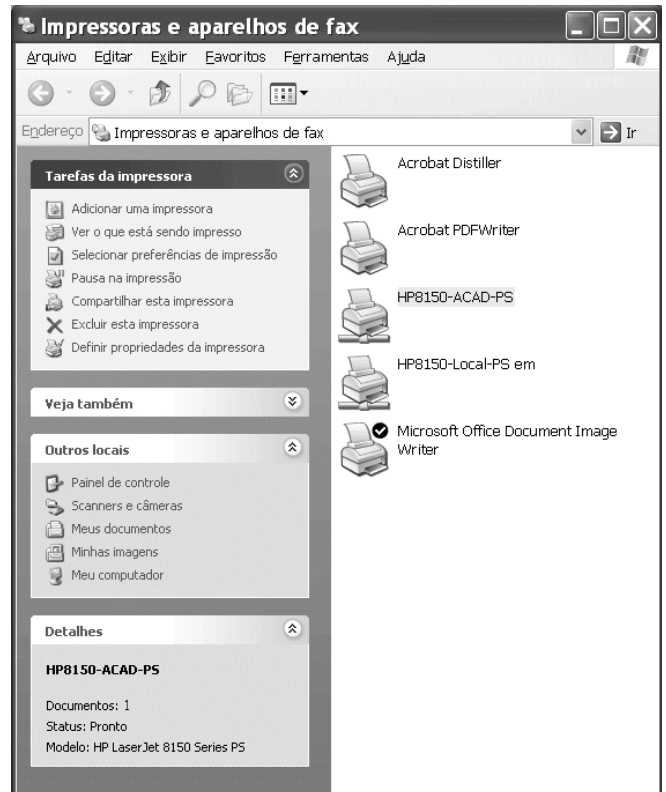
impressora correspondente a  HP8150-ACAD-PS.

- D** Considere que o usuário tenha enviado para imprimir na impressora correspondente ao ícone  HP8150-ACAD-PS um documento

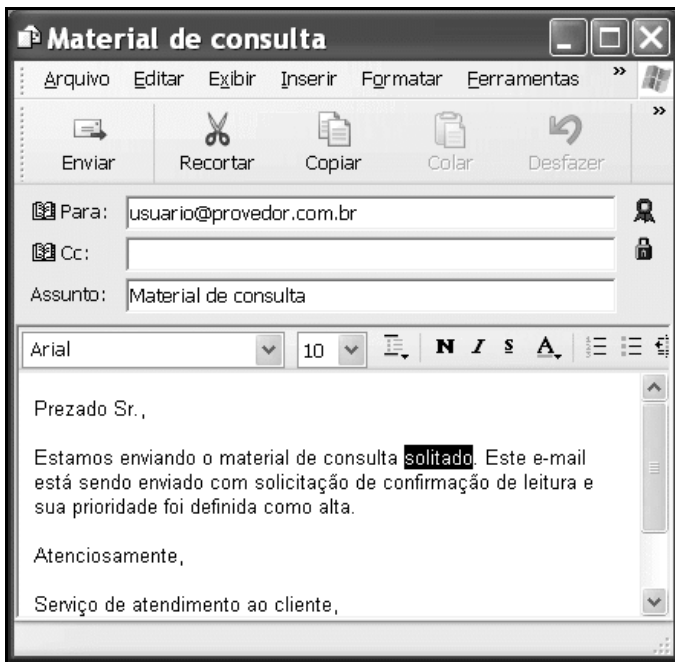
Word 2002 que ele estava editando. Após algum tempo sem obter o resultado desejado, o usuário suspeitou que a impressora ou a conexão entre o computador e esta poderia estar com algum problema. Nessa situação, a verificação do *status* de impressão do documento enviado à impressora pode ser realizada ao se clicar, com o botão direito do *mouse*, o ícone  HP8150-ACAD-PS, e, na lista de opções disponibilizada, clicar **Abrir**.

- E** Para a impressão de documentos a partir do computador do usuário, a impressora-padrão atualmente definida é a associada ao



ícone  HP8150-ACAD-PS.

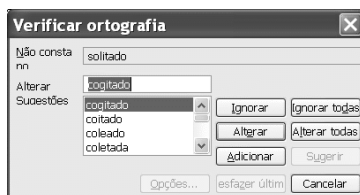




QUESTÃO 14



Considerando as informações contidas na janela do Outlook Express 6 (OE6) acima ilustrada, assinale a opção correta.

- A A afirmação “Este e-mail está sendo enviado com solicitação de confirmação de leitura” confirma-se pela presença do símbolo  na janela do OE6.
- B Ao se clicar  , será iniciado processo de envio da mensagem de correio eletrônico ilustrada acima a pelo menos um contato, de endereço usuario@provedor.com.br. Essa mensagem não contém arquivo anexado.
- C Na situação ilustrada na figura, ao se aplicar um clique duplo sobre a palavra solitado, é possível obter a janela mostrada a seguir, caso o OE6 esteja devidamente configurado.



- D Ao se clicar , o endereço usuario@provedor.com.br será inserido no caderno de endereços associado à entidade atualmente ativa no OE6.
- E Ao definir prioridade “alta” no envio da mensagem de correio eletrônico mostrada acima, está-se garantindo que a respectiva mensagem será criptografada antes de seu envio. O símbolo  na janela do OE6 indica a prioridade alta de envio de mensagem criptografada.

Texto II – questões 15 e 16

Os Estados Unidos da América (EUA) invadiram o Iraque à procura de armas de destruição em massa. A guerra eclodiu e os EUA derrubaram o regime de Saddam Hussein. A arma de destruição em massa com que os países invasores do Iraque deveriam ter preocupação é aquela causada por eles mesmos, o aquecimento global. Segundo um ex-presidente do Instituto Britânico de Meteorologia, “o aquecimento do planeta é uma arma de destruição em massa tão perigosa como as armas químicas, nucleares ou biológicas. Só em maio deste ano, 562 tornados atingiram os EUA, matando 41 pessoas. Mas são os países em desenvolvimento os mais atingidos”. Ele cita, também, a onda de calor que atingiu a Índia antes das monções, com temperaturas muito superiores às normalmente registradas, e diz que “quando esta onda de calor assassino começou a baixar, já havia matado 1.500 pessoas, ou seja, a metade das vítimas dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova York”.

Gilberto Alves da Silva. Aquecimento global. In: *Jornal do Brasil*, 9/12/2004, p. A13 (com adaptações).

QUESTÃO 15

No texto II, faz-se analogia entre a alegada razão para a invasão do Iraque e o fenômeno do aquecimento global. Relativamente ao primeiro tópico, assinale a opção correta.

- A A decisão norte-americana de invadir o Iraque foi respaldada, desde o início, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, certamente expressando um sentimento universal de repulsa aos atos terroristas do 11 de setembro de 2001.
- B Apesar da inicial incredulidade de boa parte da opinião pública mundial, os EUA conseguiram provar, pouco tempo depois de terem ocupado o Iraque, a existência do poderoso arsenal de armas de destruição em massa que Saddam Hussein havia adquirido.
- C A invasão do Iraque inscreve-se no contexto mais amplo da política externa norte-americana de George W. Bush, assinalada pelo multilateralismo e pela prevalência da negociação política, de modo que a força é utilizada apenas em situações especialíssimas.
- D O êxito político da incursão militar sobre o Iraque, expresso na deposição e na posterior prisão de Saddam Hussein, deveu-se, em larga medida, ao apoio incondicional que os EUA receberam da União Européia, especialmente por parte do Reino Unido, da França e da Alemanha.
- E A operação militar contra o Iraque contemplou duas situações distintas. De um lado, a fácil e rápida vitória inicial contra as forças inimigas; de outro, a enorme dificuldade de manter o país sob controle, em face da decidida resistência de grupos locais.

QUESTÃO 16

Considerando as informações do texto II sobre a atualidade da questão ambiental, particularmente em termos do fenômeno do aquecimento global, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Tal como o terrorismo contemporâneo, o aquecimento climático produzido pelo homem não tem fronteira, podendo atacar nos mais diversos locais e sob as mais variadas formas, a exemplo de ondas de calor, tempestades, tornados, enchentes ou secas.
- Ⓑ A maior parte da emissão em larga escala de gases poluentes, causadores ou ampliadores do chamado efeito estufa, é feita pelos países em desenvolvimento ou emergentes, provavelmente em face de suas carências técnicas.
- Ⓒ A elevação do nível dos oceanos é uma das conseqüências do aquecimento global e, no limite, poderá levar à inédita criação da figura do refugiado ambiental, caso desapareçam ilhas ou arquipélagos hoje existentes.
- Ⓓ O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional que, embora considerado tímido em suas metas por alguns especialistas, pretende levar os países que mais poluem a atmosfera a reduzirem os níveis de gases que emitem.
- Ⓔ A preocupação com o meio ambiente é algo relativamente recente, ganhando impulso sobretudo a partir da década de 70 do século passado, quando governos, organismos multilaterais e organizações não-governamentais debruçaram-se mais detidamente sobre o tema.

Texto III – questões 17 e 18

A morte de Iasser Arafat deixou um grande vazio e suscitou diversas interrogações quanto ao futuro do conflito e do processo de paz. Do lado dos palestinos, a morte de um símbolo, do “velho” líder carismático de mais de meio século de resistência, é sentida como o episódio mais recente de um drama interminável: Arafat não conquistou o Estado palestino, e nada parece indicar que os palestinos vão obtê-lo, tanto que estão mais pessimistas do que nunca. Ariel Sharon, por seu lado, afirmava, com a concordância implícita de Washington, que Arafat era um obstáculo à paz; com seu desaparecimento, tanto ele quanto Bush dizem que “alguma coisa” volta a ser possível. Será que ainda é possível acreditar neles?

Tariq Ramadan. *Novas estratégias para o Oriente Médio?* In: *Folha de S. Paulo*, 28/11/2004, p. A39.

QUESTÃO 17

A partir do texto III e considerando o papel histórico desempenhado por Arafat, assinale a opção correta.

- Ⓐ O “grande vazio” a que o texto alude, referindo-se à morte de Arafat, explica-se pela inexistência de candidatos à sucessão do líder recentemente falecido.
- Ⓑ Do princípio ao fim, a trajetória de Arafat pautou-se pela coerência, permanentemente assentada na crença quanto a uma solução politicamente negociada para a questão palestina.
- Ⓒ A longevidade da liderança de Arafat deveu-se, entre outros fatores, à unanimidade do apoio que sempre recebeu das demais lideranças políticas árabes.
- Ⓓ A eterna desconfiança que nutriu em relação aos governantes israelenses e norte-americanos levou Arafat a recusar-se a qualquer acordo de paz patrocinado por Washington.
- Ⓔ Para o atual chefe de governo de Israel, a morte de Arafat pode significar a remoção de determinados entraves aos avanços nas negociações de paz na região, perspectiva, aliás, questionada pelo texto.

QUESTÃO 18

Ainda tendo por referência inicial o texto III e considerando a inserção do Oriente Médio no atual cenário mundial, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Sob o ponto de vista econômico, há algum tempo o Oriente Médio perdeu sua importância estratégica, já que novos e abundantes produtores de petróleo — como a Venezuela, por exemplo — vieram ocupar seu lugar no abastecimento mundial desse importante produto.
- Ⓑ Na história contemporânea, o Oriente Médio foi alvo das atenções das grandes potências mundiais, que, na defesa de seus interesses, promoveram e desfizeram alianças, além de, não raro, terem forjado fronteiras nacionais na região.
- Ⓒ A recusa dos países árabes em aceitar a decisão das Nações Unidas de partilhar a Palestina, da qual se originou o Estado de Israel, gerou um quadro de permanente instabilidade na região, marcado por guerras sucessivas e pela explosão de ódios recíprocos.
- Ⓓ Quase nunca houve real unidade entre os Estados árabes, o que contribuiu para o enfraquecimento de suas posições. Houve momentos em que os próprios refugiados palestinos foram expulsos de países árabes.
- Ⓔ Conquanto mantenham relações tradicionalmente muito próximas com alguns governos árabes, como é o caso da Arábia Saudita, os Estados Unidos da América sempre foram aliados de Israel.

Texto IV – questões 19 e 20

A coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Dra. Zilda Arns, acaba de receber mais uma proposta desafiadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): coordenar a Pastoral da Pessoa Idosa (PPI). A nova pastoral terá uma metodologia similar à da Pastoral da Criança. O objetivo da PPI será criar condições para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas na família, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, por meio da promoção do desenvolvimento físico, mental, social, espiritual, cognitivo e cultural dos idosos. Outro objetivo será colaborar para a divulgação e implementação do Estatuto do Idoso.

Família Cristã, Ano 71, n.º 828, dez/2004, p. 13 (com adaptações).

QUESTÃO 19

Tendo o texto IV como referência inicial e considerando os aspectos sociais que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- I Muitos são os fatores responsáveis pelo êxito alcançado pela Pastoral da Criança, entre os quais podem ser citados a extrema capilaridade do programa — presente em todas as regiões do país — e o exército de voluntários bem preparados que nele atuam.
- II Agindo preferencialmente nas áreas mais carentes, a Pastoral da Criança notabilizou-se por suas fórmulas simples e eficazes no combate à desnutrição infantil, a começar pela adoção de um soro caseiro que se mostrou capaz de salvar milhares de vidas.
- III Ainda que distante do que se considera ideal, quando comparado com países mais desenvolvidos, o índice de mortalidade infantil no Brasil está em queda, algo que, em geral, denota melhoria das condições de saúde pública no país.
- IV Ao universalizar o acesso à educação infantil, colocando em creches e pré-escolas a quase totalidade das crianças de zero a 6 anos de idade, o Brasil criou uma rede de proteção social para essa faixa etária somente comparável à existente no designado Primeiro Mundo.
- V O Brasil entrou no século XXI com uma invejável estrutura de saneamento básico, praticamente atingindo todas as cidades do país, razão pela qual conseguiu reduzir drasticamente o número de mortes e de internações hospitalares causadas pela falta de esgotamento sanitário e de água tratada.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 20

Ainda tendo por referência inicial o texto IV, julgue os itens que se seguem, relativos ao tema nele abordado e a aspectos relevantes da realidade social brasileira.

- I Recentes dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitem afirmar que está em curso um processo de envelhecimento da população, ou seja, a expectativa de vida do brasileiro está crescendo.
- II Por seu trabalho na Pastoral da Criança, a Dra. Zilda Arns — que, conforme o texto, também coordenará a Pastoral da Pessoa Idosa — chegou a ser indicada pelo governo brasileiro a concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.
- III Conquanto se saiba que os problemas da previdência social sejam múltiplos e de causas diversas, o aumento da expectativa de vida do brasileiro entrou nos cálculos daqueles que defenderam alterações nas regras das aposentadorias.
- IV Acidentes de trânsito, tanto nas estradas como em vias urbanas, e homicídios situam-se entre os principais fatores de morte prematura de jovens no Brasil, em especial os do sexo masculino.
- V A ausência de uma legislação específica voltada para a proteção dos cidadãos na chamada terceira idade é vista como sério obstáculo à implantação de políticas públicas que dêem dignidade e melhores condições de vida aos brasileiros mais velhos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

- Ⓐ O mandado de injunção terá cabimento quando houver falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais, o que se estende à norma regulamentadora infraconstitucional existente, mas considerada insatisfatória.
- Ⓑ Denúncia por crime comum contra deputado federal ou senador, cometido antes da respectiva diplomação, poderá ser recebida pelo STF, sem qualquer possibilidade de sua sustação por iniciativa de partido político ou pelo voto dos membros do Congresso Nacional.
- Ⓒ A República Federativa do Brasil adotou como forma de governo a república e como sistema de governo a democracia, sendo a chefia do Estado e a do governo exercidas pelo presidente da República.
- Ⓓ O desemprego é considerado pela Constituição Federal como um fator de risco social que deve ser atendido pela previdência social.
- Ⓔ O brasileiro naturalizado não pode ocupar cargo eletivo de deputado ou senador da República.

QUESTÃO 22

À luz da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao Congresso Nacional cabe dispor, mediante lei e com sanção do presidente da República, sobre criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração pública direta e indireta.
- Ⓑ O dever do Estado com a educação será efetivado com o atendimento de demandas educacionais, inclusive com o fornecimento de educação religiosa, de inscrição obrigatória, nos ensinos fundamental e médio.
- Ⓒ O presidente da República pode delegar ao advogado-geral da União o poder de extinguir cargos públicos, criados por lei, quando vagos.
- Ⓓ O presidente da República, nos crimes comuns, está sujeito a julgamento pelo STF, mas, nesse caso, deverá o processo ser admitido por votação de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- Ⓔ O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por qualquer partido político.

QUESTÃO 23

A Lei n.º 9.504/1997 encerrou o ciclo das leis temporárias. Até então, cada período eleitoral tinha sua própria lei. Eles regravam a eleição episódica. No mais das vezes, regravam a eleição para direcionar o conflito político subjacente. A Constituição de 1988 iniciou o processo de superação dessa fase.

Nelson Jobim, *In: Henrique Neves, A Lei das Eleições.*

Considerando o texto acima, a Constituição Federal e a história eleitoral recente do Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- I O casuísmo das leis eleitorais, no Brasil, manteve-se após a promulgação da Constituição de 1988.
- II Conforme a Constituição, a lei que disciplina a eleição deve estar em vigor um ano antes.
- III Elege-se presidente ou governador o candidato que alcançar 51% dos votos válidos.
- IV Nas eleições para prefeito, há segundo turno somente nos municípios com mais de 200 mil habitantes.
- V A Lei n.º 9.504/1997 disciplina tanto as eleições nacionais quanto as municipais.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e III.
- Ⓑ I, II e V.
- Ⓒ I, IV e V.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ III, IV e V.

Texto I – questões 24 e 25

Conforme prescrevem a Constituição Federal e o Código Eleitoral, a estrutura da Justiça Eleitoral brasileira contempla diversas particularidades em relação ao sistema de outros países. No Brasil, a Justiça Eleitoral é responsável não apenas pelo poder judicial dos processos eleitorais, que lhe é próprio, mas também pela administração das eleições, tarefa que em muitos países cabe a órgão do Poder Executivo. A respeito desse tema, discute-se a peculiaridade e a eficiência da Justiça Eleitoral e de todo o sistema eleitoral brasileiro, que alguns consideram referência internacional.

QUESTÃO 24

Com relação ao tema abordado no texto I, julgue os itens que se seguem.

- I As juntas eleitorais são consideradas órgãos do Poder Judiciário Eleitoral.
- II O corregedor geral eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é o ministro indicado pelo Ministério Público.
- III Os ministros do TSE têm substitutos, ou suplentes, que votam na ausência de um titular, na hipótese de interpretação do Código em face da Constituição da República.
- IV O procurador regional eleitoral, com atuação junto a cada tribunal regional eleitoral (TRE), é um membro do Ministério Público do estado onde se localiza o TRE.
- V Cabe ao TSE responder às consultas sobre matéria eleitoral formulada por vereadores e prefeitos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e III.
- Ⓑ I e V.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ II e IV.
- Ⓔ IV e V.

QUESTÃO 25

Ainda com relação ao texto I, julgue os itens a seguir.

- I É competência do TSE julgar os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais de primeira instância.
- II Compete ao tribunal regional eleitoral julgar os conflitos de jurisdição entre os juízes eleitorais do estado.
- III Na ausência de juiz de tribunal regional eleitoral designado pelo tribunal de justiça, pode substituí-lo juiz suplente do mesmo tribunal, ainda que indicado pela Ordem dos Advogados.
- IV É de competência da junta eleitoral resolver as impugnações e outros incidentes verificados na apuração dos votos.
- V Ordenar registro e cassação de candidato à eleição municipal é competência do tribunal regional eleitoral.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D II e V.
- E III e V.

QUESTÃO 26

Conforme o Código Eleitoral, compete ao TSE a expedição de instruções para regulamentar o processo eleitoral. Tendo em vista a instituição de tecnologias modernas no processo eleitoral, mediante processamento eletrônico de dados, o TSE expediu a Resolução n.º 21.538/2003, que disciplina o alistamento e os serviços eleitorais por meio dessa tecnologia.

Com base na Resolução n.º 21.538/2003, assinale a opção **incorreta**.

- A É admitido o alistamento, no ano da eleição, do jovem que completar 16 anos de idade até o dia do pleito.
- B O título de eleitor é prova de quitação eleitoral até a data de sua emissão.
- C Na revisão do eleitorado, admite-se a comprovação de domicílio mediante cheque bancário.
- D É obrigatória a correição do alistamento eleitoral quando o eleitorado da zona eleitoral for superior a 65% da população.
- E É vedado a delegado de partido político acompanhar a emissão de título eleitoral.

QUESTÃO 27

Quanto aos princípios e poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- A A atuação da administração pública, assim como a dos particulares, precisa ser compatível com o ordenamento jurídico. Uma das semelhanças entre ambas consiste no fato de que os atos do poder público não podem interferir na esfera de direitos dos cidadãos de maneira unilateral, pois, para isso, o estado precisa de ordem judicial.
- B O princípio da legalidade, um dos mais importantes para a administração pública, é específico do direito administrativo.
- C O princípio da supremacia do interesse público deriva de que a administração pública representa não só o estado, mas toda a sociedade, de modo que, no choque dos interesses daquela com os do particular, os primeiros devem sempre prevalecer.
- D O princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos não impede que, diante de prova suficiente da nulidade do ato, este seja invalidado, quer pelo Poder Judiciário, quer pela própria administração.
- E O princípio da continuidade do serviço público tem caráter absoluto.

QUESTÃO 28

Em relação à organização administrativa da União, assinale a opção correta.

- A Tanto na descentralização quanto na desconcentração, funções administrativas podem ser transferidas para pessoa jurídica distinta da titular do poder.
- B O Decreto-lei n.º 200/1967, como norma jurídica de nível legal que introduziu a reforma administrativa no direito brasileiro, é o diploma normativo que regula integralmente as distintas espécies de pessoas jurídicas ligadas ao poder público no país, assim como o funcionamento delas.
- C Segundo a doutrina, uma das características das autarquias é a autonomia, no sentido de poderem criar as regras que as regerão, desde que observado o regime constitucional.
- D No Brasil, as agências reguladoras devem possuir, necessariamente, natureza autárquica.
- E As sociedades de economia mista têm natureza jurídica de sociedades anônimas, de modo que são regidas pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/1976), muito embora não se submetam exclusivamente ao regime jurídico dessa lei.

QUESTÃO 29

De algum tempo para cá, os juristas brasileiros passaram a utilizar a expressão “agente público”, em sentido amplo, para designar as pessoas físicas que exerçam função pública, com ou sem vínculo empregatício.

Maria Sylvia Zanella di Pietro. **Direito administrativo**. 17.ª ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 431 (com adaptações).

Acerca do tema abordado no texto acima, assinale a opção correta.

- A Devido ao regime jurídico específico da Constituição da República de 1988, os militares não podem ser juridicamente conceituados como servidores públicos.
- B Não obstante a vedação constitucional à vinculação de vencimentos dos agentes públicos, seria compatível com a Constituição brasileira uma lei que fixasse o mesmo valor de remuneração para duas categorias profissionais distintas, desde que não atrelasse o valor de uma ao da outra.
- C O princípio da isonomia aplica-se a todos os sistemas do Direito. No direito administrativo, uma das manifestações desse princípio é a exigência de regime jurídico único para todos os servidores civis da União.
- D Como exigência dos princípios constitucionais da segurança jurídica e da legalidade, que buscam impedir o exercício indevido do arbítrio das autoridades, as condutas dos agentes públicos passíveis de punição disciplinar devem ser definidas em tipos legais estritos, de modo análogo ao que ocorre no direito penal.
- E No que tange à relação entre a responsabilidade penal e a administrativa dos servidores públicos, vige o princípio da independência das esferas. Isso significa que um servidor pode ser condenado, na esfera penal, pelo cometimento de crime funcional, mas isso não impede que a autoridade administrativa competente conclua, de maneira fundamentada, que outra pessoa foi a autora do fato e, com base nesse entendimento, deixe de punir o agente público, na órbita funcional.

QUESTÃO 30

A respeito dos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- A** O poder de polícia administrativa difere da atividade da polícia judiciária porque não é exercido em razão do cometimento de crimes. O primeiro pode atuar não só com finalidade preventiva, mas também repressiva, e pode incidir sobre bens, direitos e atividades.
- B** No Brasil, o exercício do poder regulamentar, por meio da expedição dos variados atos que o caracterizam, compete aos órgãos de cúpula dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.
- C** O poder disciplinar da administração pública abrange tanto os agentes públicos em geral quanto os particulares, nos casos em que estes infringem normas administrativas legalmente editadas.
- D** Devido aos princípios da eficiência e da economicidade, a autoridade administrativa é dotada de poder discricionário no que diz respeito às sanções derivadas do poder disciplinar, de modo que, em face das circunstâncias, pode deixar de impor certas punições de menor gravidade.
- E** O poder de polícia materializa-se mediante atos administrativos de efeitos concretos, mas não por meio de atos normativos.

QUESTÃO 31

No atinente ao controle e à responsabilização da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O controle da administração pública pode classificar-se em administrativo, legislativo ou judicial, e, quanto ao momento em que se realiza, em prévio ou posterior, apenas. Essas classificações abarcam todas as modalidades possíveis de controle dos atos do poder público.
- B** O poder de autotutela da administração pública constitui uma forma de controle interno de seus atos e fundamenta-se no princípio da legalidade; trata-se de manifestação do chamado controle administrativo. Os recursos administrativos, com ou sem efeito suspensivo, também são forma de controle administrativo.
- C** Por força do princípio conhecido como da separação dos poderes, o Poder Legislativo não se pode imiscuir nas competências constitucionais do Poder Executivo. Por conseguinte, o controle legislativo da administração pública não pode avançar sobre aspectos de mérito dos atos administrativos.
- D** No controle judicial do poder público, apenas a Justiça Federal pode processar e julgar as causas em que figurem como parte os entes da administração pública da União.
- E** Um dos privilégios do poder público ao ser judicialmente processado é a sistemática dos precatórios, que se aplica a todos os créditos contra a administração pública, a fim de permitir adequado controle orçamentário de seu passivo.

QUESTÃO 32

O ambiente contemporâneo exige instituições extremamente flexíveis, adaptáveis e que respondam às necessidades dos clientes.

Osborne & Gaebler. 1994: 16 (com adaptações).

Acerca da administração pública, julgue os itens a seguir.

- I A promoção da competição, a mudança de foco para os resultados e a descentralização de autoridade são algumas características de um governo empreendedor.
- II Quando um governo financia escolas com base no número de alunos matriculados em vez de avaliar o nível de desempenho que essas crianças possuem, ou quando financia a assistência social em função do número de atendimentos aos desempregados em vez de definir quantas pessoas finalmente conseguem se empregar e deixar de receber o seguro-desemprego, o governo demonstra estar mais preocupado com os resultados dessas iniciativas.
- III Os órgãos públicos, via de regra, não obtêm seus recursos diretamente dos seus clientes, diferentemente das empresas, por isso, a busca por satisfazê-los faz parte das ações tomadas por esses órgãos públicos.
- IV Diferentemente do setor privado, a maioria dos clientes do setor público é cativa, pois possuem poucas ou nenhuma alternativa para os serviços oferecidos pelo governo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e IV. **C** III e IV. **E** I, II e IV.
- B** II e III. **D** I, II e III.

QUESTÃO 33

Acerca de cultura organizacional, assinale a opção **incorreta**.

- A** Cultura organizacional refere-se a um sistema de significados partilhados, o qual é mantido por seus membros e que distingue determinada organização de outras organizações.
- B** O modelo de gestão pública do tipo racional-legal enfatiza o respeito à autoridade hierárquica. Pode-se afirmar que os principais valores inerentes à cultura organizacional em uma gestão pós-burocrática são semelhantes aos deste modelo tradicional.
- C** O processo de seleção, os critérios de avaliação de desempenho, as atividades de treinamento e desenvolvimento de carreira e os procedimentos de promoção, entre outros aspectos, mantêm a cultura viva na organização e asseguram a sua proteção.
- D** Entre as formas de transmitir a cultura para os funcionários encontra-se a linguagem e o aprendizado dessa linguagem permitindo a integração de todos os profissionais da empresa.
- E** O processo de socialização é responsável pela manutenção dos valores pautados na cultura organizacional.

QUESTÃO 34

Em relação a planejamento e gestão na administração pública, assinale a opção **incorreta**.

- A O gerenciamento estratégico refere-se ao uso da flexibilidade para responder rapidamente aos ambientes externos à organização pública.
- B Um sistema de controle estratégico deve utilizar a eficiência e a flexibilidade para se tornar eficaz.
- C As organizações públicas, devido as suas características, são do tipo mecanicista, pois possuem, entre outros aspectos, a departamentalização rígida, equipes inter-hierárquicas e cadeia de comando clara.
- D A definição de como as tarefas são formalmente divididas, agrupadas e coordenadas é inerente à estrutura organizacional.
- E Entre as novas tecnologias gerenciais, a qualidade total busca melhorias gradativas enquanto a reengenharia busca dar saltos quantitativos no desempenho. Enquanto a qualidade total recorre às tomadas de decisões participativas, de baixo para cima, tanto no planejamento quanto na execução de um programa, a reengenharia é inicialmente acionada pela alta administração.

QUESTÃO 35

No que se refere às características do processo orçamentário federal brasileiro, assinale a opção correta.

- A Inexiste uma conexão clara entre o planejamento e o orçamento.
- B Os parlamentares são impedidos de apresentarem individualmente propostas de alteração às normas de natureza orçamentária.
- C Esse processo não é submetido a regras formais de disciplina fiscal agregada.
- D Existe uma lei orçamentária específica para os gastos e receitas da seguridade social.
- E Existem vinculações legalmente definidas entre determinadas receitas e determinadas despesas.

QUESTÃO 36

Em relação às receitas públicas, assinale a opção correta.

- A As receitas originárias são obtidas dos particulares, envolvendo patrimônio alheio e não do Estado. Essas receitas são as rendas que o Estado colhe do setor privado, por ato de autoridade, no uso da supremacia estatal, derivando do comando unilateral de vontade do Estado. Decorrem, portanto, da atividade coercitiva do Estado sobre os particulares.
- B A remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional é classificada como receita corrente.
- C O código de classificação de fontes de recursos é composto por três dígitos. O primeiro dígito indica o grupo de fontes de recursos, o segundo e o terceiro, a especificação das fontes de recursos. O indicador do grupo de fontes de recursos identifica se o recurso é, ou não, originário do Tesouro Nacional e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.
- D Taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação, independentemente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- E Os estados e os municípios podem instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.

QUESTÃO 37

Acerca das classificações utilizadas para organizar o gasto público no Brasil, assinale a opção correta.

- A Os programas finalísticos abrangem as ações de gestão de governo e são compostos de atividades de planejamento, orçamento, controle interno, sistemas de informação e diagnóstico de suporte à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas.
- B Atividades são ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- C Na classificação institucional, todo órgão ou unidade orçamentária deve corresponder a uma estrutura administrativa.
- D Na Lei Orçamentária Anual da União, as atividades, os projetos e as operações especiais são desdobradas em subtítulos com o propósito de especificar a localização física integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade e da denominação das metas estabelecidas.
- E Para classificar uma despesa quanto a sua natureza, deve-se considerar a categoria funcional, o programa a que pertence, o elemento e, complementarmente, a modalidade da aplicação.

QUESTÃO 38

O anexo de metas fiscais, em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, **não** conterà

- A avaliação do cumprimento das metas relativas aos três exercícios anteriores.
- B demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando essas metas com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
- C demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- D avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e própria dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.
- E evolução do patrimônio líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

QUESTÃO 39

Com referência a processo e a procedimento, assinale a opção correta.

- Ⓐ A morte de qualquer das partes acarretará a suspensão do processo, a partir da decisão judicial que a ordene. Durante a suspensão nenhum ato processual é permitido e o desrespeito a essa proibição legal leva à inexistência jurídica do ato praticado.
- Ⓑ Entre os requisitos necessários ao desenvolvimento regular do processo encontra-se a capacidade processual, ou seja, a capacidade de estar pessoalmente em juízo. A ausência de capacidade processual pode ser suprida, constituindo, para tanto, alguém dotado de capacidade postulatória que seja apto a representar a parte em juízo.
- Ⓒ Na contagem de prazo, quando a intimação tenha sido feita oralmente em audiência, o termo inicial será o dia da realização da audiência de publicação da sentença.
- Ⓓ Ocorre a suspensão do processo principal, cessando a contagem do prazo, quando se verifica o incidente de intervenção de terceiro, nas hipóteses de nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo. Superado o motivo que deu causa à suspensão, o prazo será reaberto por inteiro.
- Ⓔ Tratando-se de litisconsórcio necessário passivo, o autor tem o ônus de promover a citação de todos os réus, formando-se o litisconsórcio ulterior. Se não o fizer, tem o juiz o poder de determinar a citação de ofício, visando a regularidade formal do processo, bem como a eficácia da sentença nele proferida.

QUESTÃO 40

Com referência à competência, à defesa do réu e ao recurso, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O prazo recursal para o revel corre a partir da data de publicação da sentença em cartório, independentemente da sua intimação. Entretanto, a intervenção do revel no processo afasta os efeitos da revelia para os atos posteriores, não atingindo os atos já praticados.
- Ⓑ Perpetuada a competência de determinado juízo sobre ação por ele processada, conexa com outra já em curso perante juízo prevento, a exigência do julgamento simultâneo acarretará o deslocamento da causa para este último órgão jurisdicional. Em consequência, o primeiro órgão jurisdicional mencionado, que já tinha perpetuada a sua competência para o processamento da ação, acaba por perdê-la em função do deslocamento do feito para o juízo prevento.
- Ⓒ Interposta apelação contra a decisão que indeferiu a petição inicial, antes do juízo de admissibilidade, o juiz deve determinar a citação do réu para apresentar contra-razões ao recurso.
- Ⓓ Havendo a tramitação de ações conexas perante comarcas distintas, fica preventa a competência do juízo que promoveu, em primeiro lugar, a citação válida.
- Ⓔ O juiz que concluir a audiência de instrução estará vinculado para prolatar a sentença, salvo se for promovido, licenciado, aposentado ou afastado por qualquer motivo. Assim, mesmo que tenha concluído a audiência, o magistrado não terá o dever de julgar a lide se for afastado do órgão judicial por motivo de promoção ou aposentadoria. Ocorrendo tal hipótese, permite-se ao substituto sentenciar o feito e, se entender necessário, a repetição das provas já produzidas.

QUESTÃO 41

Em relação ao direito das obrigações e dos contratos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O credor tem direito a pedir indenização por culpa extracontratual sem necessidade de prová-la, desde que tenha constituído o devedor em mora.
- Ⓑ Com a alienação de bem hipotecado, o adquirente se torna o pólo passivo da hipoteca, tendo a obrigação de saldá-la para liberar o imóvel. Caso sinta-se lesado, poderá propor ação de regresso contra o alienante.
- Ⓒ É nula cláusula, em contrato de mútuo, que autoriza o credor a descontar em conta corrente do devedor as prestações de empréstimo que tomou, por ser o salário impenhorável e por estabelecer obrigações consideradas iníquas e abusivas, incompatíveis, portanto, com a boa-fé ou a equidade.
- Ⓓ Capitalizar juros significa que o valor dos juros vencidos somam-se ao capital mutuado, de modo que os juros futuros passem a incidir sobre o resultado dessa soma, e assim sucessivamente, procedimento também conhecido como juros compostos. Desde que haja prévia pactuação, é admitida a capitalização de juros, em qualquer periodicidade, nos contratos de mútuo firmado com instituições financeiras.
- Ⓔ A obrigação do fiador, no contrato de locação por tempo certo e determinado, não alcança eventual prorrogação, a menos que tenha ele concordado, expressa e concretamente, em estender a sua responsabilidade pelos aluguéis e encargos até que o imóvel seja desocupado.

QUESTÃO 42

Assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A reparação de um dano cometido sem culpa se faz em função da responsabilidade objetiva, pois prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo da causalidade.
- Ⓑ Não há necessidade de que a obrigação, para ser solidária, baseie-se em uma mesma causa ou fundamento jurídico. Dá-se igualmente a solidariedade quando, em virtude de um mesmo dano, um sujeito apresenta-se responsável perante o lesado por ato ilícito, outro pelo risco que lhe seja imputável e um terceiro pela infração de um dever contratual de diligência. Assim, pela morte de paciente submetido à intervenção cirúrgica, em virtude de negligência de uma enfermeira, para efeito de responsabilidade civil, configura-se a solidariedade passiva entre médico, enfermeira e hospital.
- Ⓒ Na hipótese de prolongado abandono do imóvel de extensa área por seu titular, aliado à posse coletiva qualificada pela função social por um período mínimo de cinco anos, o proprietário poderá perder o direito da propriedade, mediante o arbitramento judicial de indenização.
- Ⓓ O casamento válido conduz os cônjuges menores à capacidade. Assim, mesmo que ocorra logo após o enlace a separação do casal ou a viuvez, antes que tenham completado 18 anos de idade, não será devolvida a incapacidade por questão de idade aos cônjuges ou ao cônjuge sobrevivente.
- Ⓔ Ocorrendo um atropelamento, por um veículo de transporte urbano, se restar provada a culpa concorrente da vítima e do motorista do veículo atropelador, cada parte deve suportar os prejuízos sofridos, ocorrendo, portanto, a compensação dos danos.

QUESTÃO 43

Foi interposto recurso *ex officio* no Tribunal de Justiça de Goiás de sentença que concedeu *habeas corpus* contra ato de funcionário público, objetivando o trancamento de inquérito policial instaurado para apurar o crime descrito no art. 1.º, inciso II, da Lei n.º 8.137/1990: “Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal”. A ação de *habeas corpus* objetivava a obtenção de provimento jurisdicional que concedesse a ordem para restauração da liberdade de dois pacientes que se entenderam ameaçados por falta de elemento subjetivo do tipo penal em questão e, conseqüentemente, por falta de justa causa para o inquérito, sob o argumento da atipicidade. A fiscalização tributária constatou que, por meio de sociedade comercial, foram adquiridas mercadorias em outras unidades da Federação, onde foram pagas alíquotas de ICMS inferiores à cobrada em Goiás. Constatou, assim, o procedimento fraudulento, pois consumidores pagavam a alíquota vigente em Goiás enquanto o tributo era recolhido em valor inferior, por simulação do pagamento, na operação anterior, do valor correspondente à alíquota praticada em Goiás. O órgão do Ministério Público de Goiás encontrou elementos para a propositura da ação penal, pois, com efeito, tratou-se de apurar a incidência de crime em tese, praticado por redução de tributo, mediante fraude à fiscalização tributária, por inserção de elementos inexatos em documentos e livros exigidos pela lei fiscal. Importa ressaltar que em nenhum momento o Ministério Público cogitou o arquivamento do inquérito. O juiz *a quo* concluiu pela atipicidade dos fatos, apontando como constrangimento ilegal a instauração do inquérito policial e pronunciando-se, ainda, pela ilegalidade, e passou a valorar as questões de fato e de direito alegadas pelos participantes da relação processual para, em seguida, decidir pela concessão da ordem, proferida a sentença. Seguindo disposições do Código de Processo Penal (CPP), o juiz interpôs recurso de ofício da decisão concessiva de *habeas corpus* do Tribunal de Justiça de Goiás.

Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- Ⓐ O mero indiciamento em inquérito policial constitui constrangimento ilegal, razão pela qual pode ser reparado por *habeas corpus*. Esse indiciamento presta-se, ainda, a suprimir o estudo dos elementos do dolo, entendidos como simples vontade de praticar a conduta descrita no tipo, bem como a descaracterizar a fraude e o locupletamento ilícito, questões que independem da análise apurada das provas intrincadas do elemento subjetivo do tipo de delito em apreço.
- Ⓑ A justa causa pressupõe um mínimo de prova no inquérito ou peças de informações. Se essa prova é boa ou ruim é questão pertinente ao exame do mérito da pretensão do autor na ação penal, pois as investigações policiais não se destinam a convencer o juiz, mas apenas a viabilizar a ação penal, ministrando elementos para que o titular da mesma acuse o autor do crime.
- Ⓒ Em sede de *habeas corpus*, o exame da prova calcado em fatos meramente averiguados permite a análise do elemento subjetivo do tipo, que depende do poder de convicção do juiz, uma vez que a prova foi constituída para convencê-lo. Assim, o remédio jurídico permite o trancamento do inquérito policial.
- Ⓓ No processo dos crimes contra a ordem tributária e de responsabilidade dos funcionários públicos, no âmbito judicial, se a prisão em flagrante tiver violado garantias constitucionais ou padecer de vícios formais que tornem o procedimento ilegal, o juiz deve relaxá-la somente após o parecer favorável do Ministério Público, que deve analisar antes os pressupostos e requisitos da prisão provisória.
- Ⓔ No caso em apreço, justifica-se a prisão temporária, instituída pela Lei n.º 7.958/1989, que constitui presunção de necessidade de prisão, face à verificação do *fumus boni iuris*, e exige fundadas razões de autoria ou participação nos crimes contra a ordem tributária, à medida que o risco para o processo vem caracterizado pela própria imprestabilidade para as investigações e pela circunstância de os indiciados não terem residência fixa e não fornecerem elementos ao esclarecimento do dolo.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética.
Determinado réu, quando da penhora dos bens de sua empresa em autos de execução fiscal, proferiu ameaças e ofensas ao oficial de justiça executor do ato, cometendo o crime tipificado no art. 331 do Código Penal (CP), pois desacatou funcionário público no exercício da função e em razão dela.
Nessa situação, caso o servidor público tenha usado meios truculentos para penhorar os bens do executado, a alegação de legítima defesa de terceiros, invocada como circunstância excludente da ilicitude, merece vingar.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética.
No curso do processo criminal, verificou-se que o autor de crime de tentativa de homicídio era, ao tempo da ação, portador de doença mental.
Nessa situação, o juiz deve proferir imediatamente a absolvição, por inexistência de legitimidade para responder ao processo criminal.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética.
João feriu mortalmente o barqueiro Pedro. Antes de morrer em conseqüência do ferimento, Pedro afogou-se, em virtude de um tufão que fez virar seu barco, sendo provado que o ferimento em nada contribuiu para o resultado final.
Nessa situação, João não responde sequer por tentativa de homicídio.
- Ⓓ O crime de corrupção ativa consiste em oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. Entretanto, se a omissão voluntária do ato de ofício já tiver sido consumada antes da oferta da vantagem, não se pode configurar o crime.
- Ⓔ A lei processual penal brasileira especifica, para efeito da prisão em flagrante, quais as hipóteses em que se aceita verificar a ardência de um crime. A apreciação do flagrante delito é a mais refinada das instâncias jurídicas e a que mais se aproxima da análise da exatidão científica, pois o apreciador se acautela de maiores elementos de prova, além de estar isento de comoções sentimentais, próprias da visão do fato, visto aprioristicamente como mal social.

QUESTÃO 45

O CP reelaborou o conceito de funcionário público (art. 327), que compreende aquele que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. O critério penal é mais amplo que o administrativo e a ele não é jungido. Esse conceito é a base para incriminação nos delitos referidos nos arts. 312 a 326.

Considerando as informações acima, assinale a opção **incorreta**.

- A** No conceito de funcionário público, insere-se o perito judicial. Calúnia contra ele irrogada em razão de seu ofício é punível de acordo com o art. 141, II, do CP, e mediante a representação a que alude o art. 145, parágrafo único do CP.
- B** O delito funcional torna-se qualificado quando o agente é ocupante de cargo em comissão ou em função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. O terceiro setor é composto de entes da sociedade civil de fins públicos e não-lucrativos. São eles considerados entidades públicas porque prestam atividades de interesse público, não sendo, contudo, estatais, já que não se inserem no âmbito da administração direta ou indireta.
- C** Se o paciente em *habeas corpus*, na condição de funcionário público no exercício de função federal e a serviço da Justiça Eleitoral, apropria-se de formulários e títulos eleitorais em branco, dos quais detinha a posse em razão da função de escrivão eleitoral que ocupa, e falsifica a assinatura de um juiz eleitoral, com a finalidade de abrir contas em estabelecimento bancário para lesar o comércio das cidades vizinhas, então a competência para processar e julgar ambos os delitos não é da Justiça Federal, pois os delitos não têm finalidade eleitoral. Nos crimes conexos, a prevalência da justiça comum em detrimento da justiça federal é de natureza residual. A competência da justiça federal não é caracterizada.
- D** Constar da denúncia que as provas dos autos indicam que o homicídio fora perpetrado contra delegado da Receita Federal caracteriza crime relacionado à função pública por ele exercida, razão pela qual a competência para processar e julgar o caso é da justiça federal, aplicando-se à hipótese súmula do Superior Tribunal de Justiça.
- E** Considere que em determinado estado, foi proposta ação penal pela prática de crime de peculato em face de desvio, mediante convênios, de dotações provenientes do orçamento da União Federal destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). A competência originária para o processo e o julgamento de crime resultante de desvio, em repartição estadual, de recursos oriundos do SUS é da justiça federal. Além do interesse inequívoco da União Federal, em se cogitando de recursos repassados ao estado, os crimes, no caso, são também em detrimento de serviços federais, pois a estes incumbe não só a distribuição dos recursos, mas também a supervisão de sua regular aplicação, inclusive com auditorias no plano dos estados.

QUESTÃO 46

Em determinado tribunal do júri, o promotor de justiça ofereceu denúncia imputando a Ricardo o crime de tentativa de homicídio, com base no inquérito policial. Após regular instrução criminal, o magistrado repeliu a acusação do Ministério Público, afirmando que não estava caracterizada na prova produzida a existência de crime doloso contra a vida, pois a conduta do acusado se restringiu ao crime de lesão corporal e que, dessa decisão de desclassificação do fato imputado na ação penal, não haveria recurso, restando preclusa. Remetido os autos do processo, por livre distribuição, ao Juízo da Vara Criminal comum, o juiz determinou a abertura de vista do Ministério Público, a fim de possibilitar a rerratificação da denúncia. Entretanto, o promotor de Justiça, então em exercício no correspondente juízo, negou-se a fazer tal aditamento, julgando-o desnecessário e incabível, face ao disposto no art. 410 do CPP, que preceitua que o juiz, não-convencido pela apreciação da provada denúncia da existência de crime que não é da competência do júri, em desacordo com a denúncia, deve remeter o processo para o juiz competente. Este, por sua vez, deve abrir o prazo para a defesa, que pode indicar outras testemunhas que já não tenham sido ouvidas.

Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

- A** Na realidade, o CPP não exige expressamente o aditamento da denúncia, conforme o faz a Lei Processual Penal. Assim, a lacuna deve ser suprida pelos princípios que informam o processo penal acusatório.
- B** A rigor, na desclassificação prevista no CPP, o juiz deve afirmar que o crime encontra tipicidade na norma incriminadora.
- C** O Ministério Público deve suscitar o conflito negativo de competência por discordar da decisão proferida pelo juiz do tribunal do júri, para que seja fixada a competência pelo tribunal de justiça.
- D** É nula a decisão em que o juiz, ao fim da instrução, entendendo que o fato criminoso comportaria nova capitulação ou definição jurídica, profere desde logo decisão, sem observância do disposto no CPP.
- E** A matéria deve ser resolvida com base no princípio da correlação entre a acusação e a sentença e, além disso, a rerratificação da denúncia deve servir para ajustar a peça inicial apresentada ao que dispõe o art. 410 do CPP. Assim, o Ministério Público deve rerratificar a denúncia, imputando ao réu o crime que julgar ter praticado e respeitando a decisão judicial já preclusa, uma vez que uma imputação de tentativa de homicídio já foi afastada por decisão irrecurável.

QUESTÃO 47

Considerando que as opções a seguir são dispositivos integrantes de um hipotético edital de concurso público de provas e títulos para provimento de cargos de nível superior no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás (TRE/GO), assinale a opção que contém um dispositivo lícito.

- A** É requisito para a investidura no cargo ser maior de 25 anos de idade.
- B** É requisito para a investidura no cargo ser brasileiro nato.
- C** Na prova de títulos, valerá dois pontos cada ano de efetivo exercício na justiça eleitoral e um ponto cada ano de efetivo exercício em atividade no TRE/GO.
- D** O concurso terá prazo de validade de um ano, contado a partir da data de sua homologação, prazo esse que poderá ser prorrogado por até três vezes, a critério da administração.
- E** Em caso de empate na nota final do concurso, terá preferência o candidato com maior idade.

QUESTÃO 48

Andréa atualmente reside em Brasília – DF, onde ocupa cargo técnico na administração indireta da União, exercendo função de administradora de recursos humanos. Amanhã, Andréa será nomeada para cargo técnico de provimento efetivo no TRE/GO, para exercer funções administrativas na sede do próprio tribunal, cargo no qual ela pretende tomar posse e entrar em exercício o mais rapidamente possível.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ A posse de Andréa no cargo do TRE/GO acarretará a vacância do cargo que ela atualmente ocupa na administração indireta federal.
- Ⓑ No ato da posse, Andréa será dispensada de apresentar declaração discriminando os bens e valores que constituem o seu patrimônio, pois ela já é ocupante de cargo público federal.
- Ⓒ Se Andréa tomar posse mas não entrar em exercício dentro do prazo legalmente estabelecido, sua nomeação deverá ser anulada.
- Ⓓ Quando tomar posse, Andréa terá direito a receber ajuda de custo para custear sua mudança de Brasília – DF para a capital de Goiás.
- Ⓔ Andréa terá o dever legal de residir na capital de Goiás a partir do momento em que entrar em exercício no cargo do TRE/GO.

QUESTÃO 49

Assinale a opção que **não** descreve uma competência do TRE/GO.

- Ⓐ Expedir instruções para o exato cumprimento das normas eleitorais.
- Ⓑ Responder a consulta feita, em tese, sobre matéria eleitoral, por partido político regularmente constituído.
- Ⓒ Fixar o vencimento dos seus membros.
- Ⓓ Fixar os quocientes eleitoral e partidário, nas eleições para a Assembléia Legislativa estadual.
- Ⓔ Diplomar os eleitos para os cargos de senador da República e deputado federal.

QUESTÃO 50

Acerca do TRE/GO, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Salvo os casos previstos na Constituição Federal, as decisões do TRE/GO são terminativas.
- Ⓑ Em regra, as decisões do TRE/GO devem ser tomadas pela maioria absoluta dos membros que o compõem.
- Ⓒ O TRE/GO somente pode declarar a inconstitucionalidade de lei em seção na qual estejam presentes todos os membros do Tribunal.
- Ⓓ É vedado o julgamento pelo TRE/GO de mandado de segurança que não integre pauta previamente publicada no Diário da Justiça.
- Ⓔ O julgamento de *habeas corpus* independe de sua prévia inclusão em pauta.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **folha de TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

O que mais irrita as pessoas no trato com o governo é a arrogância da burocracia. As pessoas, hoje em dia, querem ser valorizadas como clientes. Mesmo por parte do governo.

Osborne E. Gaebler, 1994, 181.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da administração pública enfocando necessariamente os seguintes aspectos:

- ▶ o governo sob a ótica da gestão tradicional;
- ▶ a evolução da estrutura de mecânica para a orgânica;
- ▶ a evolução do sistema de gestão governamental em busca de resultados para as suas tomadas de atitudes e em prol da satisfação do cliente.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

